

**CONTRATO CEDAE N.º 179 /2018 (DF)**

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **M.A. GARCEZ DA COSTA LTDA - EPP**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **M.A. GARCEZ DA COSTA LTDA - EPP**, sediada na Rua Projetada A, n.º 136 B – Jardim Imperial, Cruzeiro - SP, CEP n.º 12.703-580, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.394.862/0001-10, neste ato por meio de seu procurador ao final assinado, Sr. GABRIEL GUEDES ZINANI, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo n.º **E-07/100.090/2018**, mediante **Pregão Eletrônico n.º 352/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual n.º 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal n.º 8.883/94 e da Lei Federal n.º 9.648/98, pela Lei Estadual n.º 287, de 04/12/79, Decreto Estadual n.º 3.149/80, Decreto Estadual n.º 42.063/2009, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE SÓDIO"**, item 01 do Anexo I ao Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (KG)
01	HIDRÓXIDO DE SÓDIO EM BOMBONAS COM 60 KG	40.500

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso a necessidade da **CEDAE** seja inferior à quantidade estimada de utilização do produto, considerar-se-á concluído o objeto ao final do prazo de vigência do contrato, ainda que haja saldo do produto a ser entregue, ressalvadas as situações previstas nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula segunda.

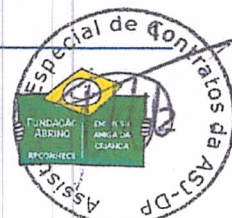
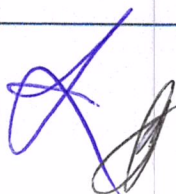
**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de conclusão do objeto contratado sem entrega total da quantidade estimada do produto, conforme descrito no parágrafo primeiro, o contratado fará jus apenas ao recebimento do valor proporcional à quantidade efetivamente entregue.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada conforme previsto no Termo de Referência (Anexo II do Edital).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Admite-se a prorrogação do contrato se, ao final do prazo de vigência, ainda houver quantidade de produto a ser entregue, e desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Admite-se, ainda, a prorrogação do contrato no caso de acréscimo quantitativo de seu objeto, na forma do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.





**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº **352/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064  
Código Orçamentário: 33.90.30.21  
Fonte de Recursos: 10  
Conta Contábil: 411110207  
Centro de Custos: DP22020000  
ID da Reserva Orçamentária: 2018000939

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

**CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:**

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 130.005,00 (cento e trinta mil e cinco reais)**, conforme tabela abaixo:



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (KG)	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	HIDRÓXIDO DE SÓDIO EM BOMBONAS COM 60 KG.	40.500	3,21	130.005,00
TOTAL:				130.005,00

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

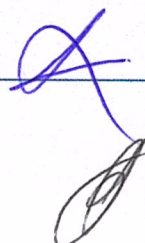
**PARÁGRAFO QUINTO:** A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

**CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

**CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 130.005,00 (cento e trinta mil e cinco reais)**, em parcelas de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso)".

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento, de cada parcela.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.



**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

**PARÁGRAFO QUINTO:** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

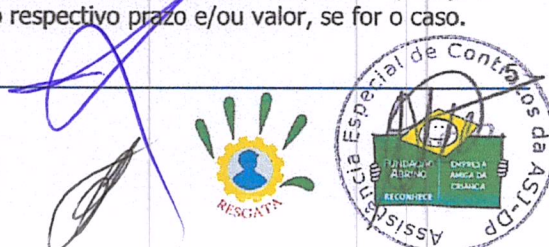
**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO NONO:** O valor das multas previstas na alínea "b", do item 18.1, e no item 18.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.





**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE** constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

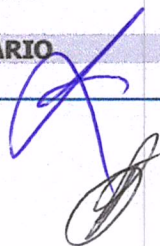
**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**





Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

**PARÁGRAFO SEXTO** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.





**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

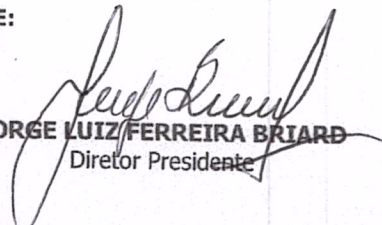
**PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO**- Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

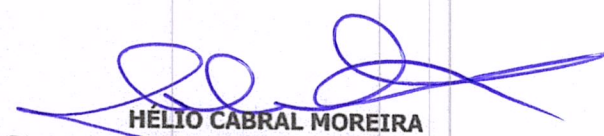
**PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO**- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro 28 de Dezembro de 2018 .

Pela **CEDAE**:

  
**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente

  
**HÉLIO CABRAL MOREIRA**  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com  
Investidores

Pela **CONTRATADA**:

  
**GABRIEL GUEDES ZINANI**  
Procurador

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Ref. Contr-M-A-GARCEZ-DA-COSTA-LTDA-aquisição-de-hidróxido-de-sódio-PE-352-2018-PLDR.



**OBJETO:** O OUTORGANTE/DEVEDOR firma o presente Termo de Ajuste de Contas em face da OUTORGADA/CREDOR visando à liquidação do débito no valor de R\$ 41.704,90 (quarenta e um mil setecentos quatro reais e noventa centavos) pelos serviços prestados de locação, com manutenção mensal de filtros e tratamento químico, no período de janeiro a outubro de 2018, sem cobertura contratual.

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 2061.04.123.0002.2453.

**NATUREZA DAS DESPESAS:** 33.9039.14.

**NOTA DE EMPENHO:** 2018NE01016.

**DATA DA ASSINATURA:** 17/12/2018.

**FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/1993.

**PROCESSO Nº:** E-04/005.355/2011.

\*Omitido no D.O. de 28/12/2018.

Id: 2156020

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMÓVEL**  
**EXTRATOS DE TERMOS**

**INSTRUMENTO:** Termo de Entrega e Recebimento, lavrado no LIVRO: E-09/SUBGEST, Fls. 052 a 072; **TERMO Nº 12. PARTES:** Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

**OBJETO:** Imóvel situado na Av. Beira Mar nº 13, Vila Abraão, Ilha Grande/RJ. **DATA DA ASSINATURA:** 28 de dezembro de 2018. **PROCESSO Nº:** SEI-04/130/000098/2018.

**INSTRUMENTO:** Termo de Entrega e Recebimento, lavrado no LIVRO: E-09/SUBGEST, Fls. 073 a 078; **TERMO Nº 13. PARTES:** Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC.

**OBJETO:** Imóvel situado na Rua Jaguaruna, nº 157, Campo Grande/RJ. **DATA DA ASSINATURA:** 28 de dezembro de 2018. **PROCESSO Nº:** 04/120/113/2017.

Id: 2155844

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
**QUARTA CÂMARA****AVISO****DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS AOS RELATORES POR SORTEIO**

Na Sessão da Quarta Câmara a ser realizada no dia 15 de janeiro de 2019, às 11h30min, serão distribuídos, através de sorteio efetuado pelo Representante da Fazenda presente à Sessão, os seguintes Recursos:

Recurso	Processo nº	INTERESSADO
55.402E-04/257917/2012		CELEFRUTAS COMERCIO DE ALIMENTOS TRIRRIENSE LTDA
55.403E-04/257918/2012		CELEFRUTAS COMERCIO DE ALIMENTOS TRIRRIENSE LTDA
67.219E-04/037/000081/2016		CONCRELAGOS CONCRETO LTDA 1ª NAO
67.219E-04/037/000081/2016		CONCRELAGOS CONCRETO LTDA 1ª NAO
67.713E-04/008/001548/2016		CENTRO MEDICO ESPECIALIZADO GUARATIBA LTDA 2ª NAO
69.159E-04/005/000172/2016		BELLATRIX NETWORK COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA ME
70.735E-04/038/000238/2016		MODULO RIO INDUSTRIA DE EMBALAGENS S/A - 2ª NAO
71.179E-04/046/001421/2017		REFINARIA DE PETROLEOS DE MANGUINHOS SA 2ª NAO
71.721E-04/044/000251/2017		CRBS S A
71.723E-04/044/000252/2017		CRBS S A
71.786E-04/044/000248/2017		AMBEV S.A.
71.787E-04/044/000249/2017		AMBEV S.A.
72.570E-04/040/000067/2017		SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
72.590E-04/044/000104/2018		CRBS S A
72.635E-04/044/000026/2018		CRBS S A
72.697E-04/038/000146/2017		ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA
72.713E-04/037/000739/2017		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
72.714E-04/037/000056/2018		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
72.715E-04/037/000740/2017		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
72.716E-04/037/000237/2018		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
72.717E-04/037/000241/2018		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
72.718E-04/037/000750/2017		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
72.719E-04/037/000752/2017		PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS

72.722E-04/029/000562/2018	ESQUADRIAS NOVA JALU MADEIRAS E FERRAGENS LTDA ANTIGO E-04/34/0642/15
72.741E-04/046/000503/2018	PAN RIO COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
72.785E-04/809664/1995	CRISAUTO S A REPRESENTACOES SAO CRISTOVAO
72.825E-04/031/000738/2017	MAXX PACK INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICO EIRELI
72.833E-04/035/000080/2018	BOTANICA PRESENTES E DECORAÇÕES EIRELI EPP
72.852E-04/033/000936/2016	WAVER ARTS LOGISTICA DE PRECISAO LTDA
72.861E-04/005/000227/2015	SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA
72.869E-04/034/006018/2017	CABINE RIO COMERCIAL ELETRICA LTDA
72.917E-04/038/000354/2016	PORTALEX DISTRIBUIDORA DE METAIS E ALUMINIO LTDA
72.918E-04/034/005749/2017	FATTO A MANO COMERCIAL LTDA
72.921E-04/044/000254/2017	AMBEV S.A.
72.922E-04/044/000253/2017	AMBEV S.A.
72.933E-04/038/000220/2016	CHINVEST COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
72.937E-04/046/000277/2018	COL CENTRO OESTE LOGISTICA LTDA
72.946E-04/034/007804/2016	GSS 2006 COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

Id: 2156637

**Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda****ADMINISTRAÇÃO VINCULADA****SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**INSTRUMENTO:** Contrato Agência/ADM nº 001/2019. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. e Eximia Rotinas Trabalhistas Ltda. **OBJETO:** Serviços de fornecimento de licença de uso de software da plataforma de Sistema Hummus. **VALOR:** R\$ 225.329,86. **DATA DA ASSINATURA:** 08/01/2019. **Fundamento:** Proc. nº E-12/168/100087/2018.

Id: 2156777

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA****COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**INSTRUMENTO:** Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 050/14. **PARTES:** CODIN e TERMINAL GARAGEM MENEZES CORTES S/A. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 050/14, por mais 12 (doze) meses contados de 02/01/2019 até 01/01/2020 e a alteração quantitativa do objeto. **VALOR:** R\$ 21.840,00 (vinte e um mil oitocentos e quarenta reais). **DATA DA ASSINATURA:** 28/12/2018. **FUNDAMENTO DO ATO:** Inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. **PROCESSO CODIN Nº:** E-11/003/522/14.

Id: 2156801

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****EXTRATO DE TERMO**

**INSTRUMENTO:** Termo de Distrato ao Contrato nº 008/2016. **PARTES:** Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJ e Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro - FECOMERCIO.

**OBJETO:** Resilição do Contrato nº 008/2016, relativo a prestação contínua das informações cadastrais constantes do Cadastro Estadual de Empresas pela JUCERJ à FECOMERCIO, com efeitos a partir de 28 de dezembro de 2018.

**DATA DA ASSINATURA:** 28 de dezembro de 2018.

**FUNDAMENTO DO ATO:** Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** E-11/006/234/2016.

Id: 2155971

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 179/2018 (DF).

**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-

DAE e a M.A. GARCEZ DA COSTA LTDA - EPP.

**OBJETO:** "AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE SÓDIO", ITEM 01 DO ANEXO I AO EDITAL.

**PREÇO:** 360 (trezentos e sessenta) dias.

**VALOR TOTAL:** R\$ 130.005,00 (cento e trinta mil e cinco reais).

**DATA DE ASSINATURA:** 28/12/2018.

**FUNDAMENTO:** Proc. nº E-07/100.090/2018 (Pregão Eletrônico nº 352/2018).

Id: 2156866

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 180/2018 (DF).

**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE - e a PRODIO INDUSTRIA E COMERCIO DE ADITIVOS LTDA.

**OBJETO:** "AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE SÓDIO", ITEM 02 DO ANEXO I AO EDITAL.

**PREÇO:** 360 (trezentos e sessenta) dias.

**VALOR TOTAL:** R\$ 43.335,00 (quarenta e três mil trezentos e trinta e cinco reais).

**DATA DE ASSINATURA:** 28/12/2018.

**FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.090/2018 (Pregão Eletrônico nº 352/2018).

Id: 2156867

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 123/2018 (DE).

**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE - e a TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

**OBJETO:** MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE DADOS DE TELEMETRIA SOBRE PAR METALICO ENTRE ESTAÇÕES REMOTAS DA CEDAE E SEUS RESPECTIVOS CENTROS DE CONTROLES OPERACIONAIS.

**PREÇO:** 12 (doze) meses.

**VALOR TOTAL:** R\$ 271.942,20 (duzentos e setenta e um mil novecentos e quarenta e dois reais e vinte centavos).

**DATA DE ASSINATURA:** 29/10/2018.

**FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.568/2018 (IL nº 005/2018 - DE 2).

\*Omitido no D.O. de 26/11/2018.

Id: 2155532

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 05 ao Contrato CEDAE nº 088/2015 (DF).

**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE - e a V/W REFRIGERAÇÃO E REFORMAS LTDA - ME.

**OBJETO:** Prorrogação do prazo contratual.

**PREÇO:** 12 (doze) meses.

**VALOR:** R\$ 222.000,00 (duzentos e vinte e dois mil reais).

**DATA DA ASSINATURA:** 06/12/2018.

**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-17/100.113/2014 (Pregão Eletrônico nº 045/2015 - ASL-DF).

\*Omitido no D.O. de 07/12/2018.

Id: 2156686

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** TP Nº 108/2018-ASL-1.1

**OBJETO:** SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DO CANAL DE INUNANA.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao), a ER-RATÁ Nº 01 ao Edital e que a licitação em referência que se encontra adiada sine die, será realizada no dia 25/01/2019, às 11:00 horas, no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2156610

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 369/2018 - ASL-DP.

**OBJETO:** "AQUISIÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA VERTICAL, DUPLA SUÇÃO E DUPLA VOLUTA".

Comunicamos aos interessados que a licitação em epígrafe teve sua data de realização adiada para o dia 22/01/2019, ficando os horários para Credenciamento, Recebimento das Propostas e Sessão de Lances assim estabelecidos:

**PREÇO PARA CREDENCIAMENTO:** Até às 08:00 horas do dia 22/01/2019 no horário de Brasília.

**PREÇO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até às 09:00 horas do dia 22/01/2019 no horário de Brasília.

**DATA E HORA PARA OFERTAMENTO DE LANCES:** De 11:00 às 12:00 horas do dia 22/01/2019, no horário de Brasília, acrescido do período aleatório.

As empresas que anexaram propostas anteriormente, favor anexar novamente com data atual.

Id: 2156765

**Secretaria de Estado de Polícia Militar****POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**DIRETORIA DE LOGÍSTICA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**INSTRUMENTO:** Ata de Registro de Preço nº 016-12/2018

**OBJETO:** Aquisição de Material Médico Hospitalar - Fios Cirúrgicos.

**PARTES:** SESEG/PMERJ e a Empresa MOGAMI IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ: 50.247.071/0001-61

**PREÇO:** 12 (doze) meses, a partir desta publicação.

**VALOR TOTAL:** R\$ 144.889,68 (cento e quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

**DATA DA ASSINATURA:** 27/12/2018

**FUNDAMENTO:** Processo nº E-09/106/0039/2018 (Pregão Eletrônico nº 068/2018).

Item	Descrição	ID SIGA	Quantidade	Preço Unitário Registrado R\$	Preço Global Registrado (Estimado) R\$
1	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910, CONSTRUÇÃO: N/A, NÚMERO FIO: Nº 1, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: ½ CÍRCULO CILÍNDRICA, TAMANHO AGULHA: 40MM MARCA: QUALTRUS	75917	PMERJ 3376	4,02	26.885,76
3	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: ACIDO POLIGLICOLICO, CONSTRUÇÃO: N/A, NÚMERO FIO: Nº 3-0, COMPRIMENTO FIO: 75 CM, MODELO AGULHA: ½ CÍRCULO, TAMANHO AGULHA: 2,6 CM MARCA: QUALTRUS	76518	PMERJ 2518	4,11	10.348,98
13	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910 VIOLETA, CONSTRUÇÃO: N/A, NÚMERO FIO: Nº 0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: ½ CÍRCULO CILÍNDRICA, TAMANHO AGULHA: 40MM MARCA: QUALTRUS	75899	PMERJ 3870	4,19	28.735,02
14	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910 VIOLETA, CONSTRUÇÃO: N/A, NÚMERO FIO: Nº 2-0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: ½ CÍRCULO CILÍNDRICA, TAMANHO AGULHA: 25 MM MARCA: QUALTRUS	75893	PMERJ 1512	4,62	15.634,08
15	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910 VIOLETA, CONSTRUÇÃO: N/A, NÚMERO FIO: Nº 2-0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: ½ CÍRCULO CILÍNDRICA, TAMANHO AGULHA: 40 MM MARCA: QUALTRUS	75895	PMERJ 2088	3,50	15.708,00
16	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910 VIOLETA, CONSTRUÇÃO: N/A, NÚMERO FIO: Nº 3-0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: ½ CÍRCULO CILÍNDRICA, TAMANHO AGULHA: 40 MM MARCA: QUALTRUS	75894	PMERJ 1392	4,22	5.874,24
17	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910 VIOLETA, CONSTRUÇÃO: N/A, NÚMERO FIO: Nº 3-0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: ½ CÍRCULO CILÍNDRICA, TAMANHO AGULHA: 35 MM MARCA: QUALTRUS	75889	PMERJ 1392	4,19	16.894,08
18	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLATINA 910, CONSTRUÇÃO: N/A, NÚMERO FIO: Nº 4-0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: ½ CÍRCULO CILÍNDRICA, TAMANHO AGULHA: 25 MM MARCA: QUALTRUS	76491	PMERJ 1080	3,87	7.801,92
20	FIO DE SUTURA, TIPO: ABSORVIVEL, MATERIAL: POLIGLECAPRONE, CONSTRUÇÃO: INCOLOR, NÚMERO FIO: Nº 3-0, COMPRIMENTO FIO: 70 CM, MODELO AGULHA: 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, TAMANHO AGULHA: 2,5 CM MARCA: ETHICON	119030	PMERJ 144	4,47	9.011,52



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).

Assinado digitalmente em Quarta-feira, 09 de Janeiro de 2019 às 02:14:49 -0200.

A assinatura não possui validade quando impressa